



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

	<b>TERMO DE ACEITE FINAL DE PROJETO - TAF</b>
--	---

<b>Nome do Projeto</b>	<b>Código do Projeto</b>
SIGEP	2018-08 SIGEP
<b>Gerente do Projeto</b>	
Claudia Cristina Ferreira Jorge	
<b>Usuário/Demandante</b>	
Presidência TRT5	

<b>Produto(s)</b>
Produtos entregues: 01/06/2020 - Implantação do Módulo Saúde e Prontuário eletrônico; 01/09/2020 - Implantação do Módulo Principal do SIGEP; 21/07/2021 - Envio dos dados da 1ª fase do eSocial - eventos de tabelas; 13/09/2021 - Implantação do Módulo FolhaWeb; 02/02/2022 - Implantação do Módulo de Gestão por Competências - Progecom; 03/03/2022 - Implantação do Módulo de autosserviço - SigepOnline; 01/06/2022 - Implantação do módulo de gestão de estagiários - GEST; 09/09/2022 - Envio dos dados da 2ª fase do eSocial; 15/09/2022 - Início do envio dos dados de retenções previdenciárias dos contratos de terceirização através do EFDReinf; 01/10/2022 - Envio dos dados pelo DCTFWeb; 14/11/2022 - Envio dos dados da 3ª fase do eSocial; 02/04/2023 - Implantação do Módulo de Passivos; 04/05/2023 - Disponibilização do Portal Sisad em produção para viabilizar a coleta de informações étnico-raciais e sociais do quadro interno 15/06/2023 - Envio dos dados da 4ª fase do eSocial.
<b>Oportunidades ou Necessidades Adicionais</b>
Implantação dos novos módulos em homologação e/ou previstos.
<b>Parecer sobre Serviços Realizados e Produtos Entregues</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO**

O processo de implantação das soluções previstas no projeto Sigepe envolveu diversas unidades do TRT5 como a Presidência, Corregedoria Regional, Diretoria-Geral, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic), Secretaria de Gestão de Pessoas, Coordenadoria Administrativa de Pessoas, Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, Coordenadoria de Saúde, Secretaria de Orçamento e Finanças, Coordenadoria de Pagamento, Escola Judicial, além de ter demandado atuação da Secretaria de Organização e Métodos para revisão do processo de trabalho de diversas unidades, incluindo a adoção de novos procedimentos em áreas judiciárias, a exemplo das Turmas, Tribunal Pleno e Secretaria da Seção Especializada Única em Dissídios Coletivos, Dissídios Individuais e de Uniformização da Jurisprudência, o que demonstra um esforço abrangente para garantir o sucesso do projeto.

A implantação do projeto foi motivada pela necessidade de atender a requisitos legais e regulatórios estabelecidos pelo CSJT e por órgãos de controle e entidades do Governo Federal.

Ao longo do tempo foram realizadas reuniões envolvendo as diversas unidades, principalmente por conta da necessidade de revisar os novos requisitos para registro de informações no Sigepe, que em alguns casos repercutiram no processo de trabalho das unidades envolvidas, e também analisar as soluções vigentes que seriam mantidas integradas ao sistema legado ou situações em que foi necessário desenvolver novas soluções por conta da implantação do sistema. O esforço considerou ainda a necessidade de envolver unidades da área judiciária que não cadastravam informações no sistema legado e também o contato com outros Regionais em busca de informações para garantir o cumprimento dos prazos de implantação estabelecidos nacionalmente. A atuação considerou também a identificação das necessidades de treinamento e elaboração de materiais para esclarecer sobre as ações em curso e sobre o uso dos módulos.

O projeto envolveu a implantação de várias fases e módulos, com entregas ao longo do tempo. Além dos módulos previstos inicialmente, novos módulos, como o de Passivos e GEST, foram adicionados. Essa flexibilidade demonstra a capacidade de adaptação do projeto.

O cronograma do projeto foi alterado por diversas vezes, seja por conta da prorrogação dos prazos de envio das etapas do eSocial, seja por conta de alteração no prazo das entregas pelo CSJT ou por necessidade de maior tempo de implementação/homologação de soluções pelos servidores do TRT5. Essas mudanças, porém, não trouxeram riscos ao tribunal, uma vez que os novos prazos propostos atenderam ao determinado pelo CSJT e pelo Governo Federal.

A existência de novos módulos em fase de homologação indica um compromisso contínuo do CSJT com a melhoria e expansão do sistema, considerando as necessidades em constante evolução.

O envolvimento de diversas unidades do TRT5 demonstra uma abordagem colaborativa para garantir que o projeto atenda às necessidades de todas as partes interessadas.

O projeto enfrentou desafios, como a revisão de requisitos para registro de informações no Sigepe e a adaptação de processos de trabalho. A superação desses desafios reflete a capacidade de solucionar problemas.

No geral, o parecer sobre os serviços realizados e entregues foi positivo, destacando a abrangência do projeto, a conformidade com requisitos legais, o cumprimento de prazos e o compromisso com a melhoria contínua.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO**

No entanto, é importante continuar monitorando e avaliando o desempenho do sistema e garantir que ele atenda eficazmente às necessidades em constante evolução do TRT5.

**Nome**

Claudia Cristina Ferreira Jorge

**Assinatura**

**Data**

01/11/2023